



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 1542/2024

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA E DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, REL. DO TRABALHO, ASS. MUN. E DEFESA DO CONS. E CONTRIB.

Processo nº - 1896/24

Relator: Deputado

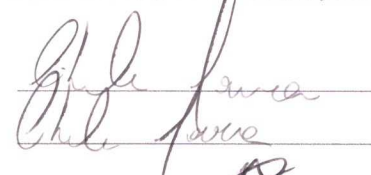
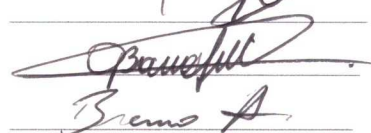
O Projeto de Lei nº 1065/2024 que “DISPÕE SOBRE A A OBRIGATORIEDADE DA DISTRIBUIÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL DE RECURSOS RELATIVOS A DIFERENÇAS DO ANTIGO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO -FUNDEF, DECORRENTES DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA -ACO Nº 701, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.”, retorna a esta Comissão para análise e Parecer sobre a emenda modificativa nº 01/2024 apresentada pelo deputado Cabo Beбето em 1ª discussão da matéria.

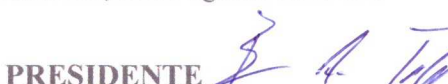
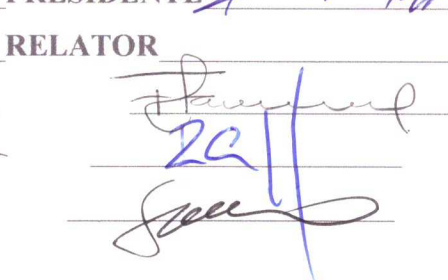
Foi apresentada a emenda modificativa nº 01 de autoria daquele parlamentar e que pretende modificar o § 1º do artigo 3º ao PL sob exame para caracterizar a natureza do abono a ser rateado como indenizatório, nos termos da Lei 14.113/2020, 47-A, § 2º, II, o que implica a não aplicação da contribuição previdenciária, IRPF ou qualquer outra natureza.

Do ponto de vista que nos compete examinar, conclue-se que a pretensão do parlamentar é controversa, havendo corrente doutrinária com entendimento contrário a pretensão, podendo entender, por cautela, que a emenda modificativa nº 01 deve ser rejeitada.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES, em Maceió, 21 de agosto de 2024.


PRESIDENTE

RELATOR


PRESIDENTE

RELATOR


Cabo Beбето (conv.)
Início 2024



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL CABO BEBETO

EMENDA MODIFICATIVA N.º 01 AO PROJETO DE LEI N.º 1065/2024

A 38 COMISSÃO
Em 21 / 08 / 2024
PRESIDENTE

ALTERA O §1º DO ARTIGO 3º DO PROJETO DE LEI 1065/2024, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DISTRIBUIÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL DE RECURSOS RELATIVOS A DIFERENÇAS DO ANTIGO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF, DECORRENTES DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA - ACO N.º 701, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Art. 1º. O §1º do Art. 3º do Projeto de Lei Ordinária n.º. 1065/2024 passa a tramitar com a seguinte redação:

§1º. Os recursos devidos serão distribuídos diretamente aos beneficiários e por terem natureza indenizatória, nos termos da Lei 14.113/2020, 47-A, §2º, II, fica vedado qualquer desconto previdenciário ou de qualquer outra natureza, sobre o rateio e os pagamentos tratados por esta Lei, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, _____ DE
DE 2024.

23.307ª COMISSÃO
SOMOS PELA REJEIÇÃO DA PRESENTE EMENDA.
MACEIÓ <u>21</u> / <u>08</u> / <u>24</u>
<u>[Assinatura]</u>
<u>[Assinatura]</u>
<u>[Assinatura]</u>
<u>[Assinatura]</u>
<u>[Assinatura]</u>

CABO BEBETO

DEPUTADO ESTADUAL

PRAÇA DOM PEDRO II, CENTRO – MACEIÓ/AL – 57020-900

DEPUTADO@CABOBEBETO.COM.BR

82 99124.9394

/CABOBEBETO

